



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ  
CNPJ/MF Nº. 34.593.541/0001-92

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARÁ  
15.11.2022  
APROVADO

LEI Nº. 588/2022.

**“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023 e dá outras providências”**

O Prefeito Municipal de Uruará, do Estado do Pará, faz saber que a Câmara Municipal de Uruará, aprovou e ele sanciona e manda que se publique a seguinte Lei:

### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art.1º** - Esta lei estabelece as diretrizes orçamentarias do município de Uruará, para o exercício financeiro de 2023, com base no disposto do Art. Nº 165 da Constituição Federal, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas às despesas de capital;
- V - disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI – disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VII - disposições relativas a dívida pública municipais;
- VIII - disposições gerais.

### **CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Art. 2º** - O Poder Público Municipal terá como prioridade a elevação da qualidade de vida e redução das desigualdades sociais dos munícipes, balizado numa gestão publica responsável com os recursos públicos.

**PARAGRAFO UNICO** - os recursos para financiamento dos projetos e atividades constam do Plano Plurianual, encaminhado ao Poder Legislativo



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ  
CNPJ/MF N°. 34.593.541/0001-92

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARÁ

15-11-2022

APROVADO

e no Orçamento Anual, incluindo as fontes próprias e as oriundas de convênios com órgãos Federais e Estaduais.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

**Art. 3º** - Para efeito desta Lei entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínua e permanente, das quais resultam produtos necessários a manutenção da ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades ou projetos, especificada os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentarias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentaria por função, programas, subprogramas, atividades ou projetos e respectivos substitutos com indicação de suas metas físicas.

§ 3º - As atividades e projetos serão desdobrados em substitutos exclusivamente para especificar a localização física integral ou parcial das respectivas atividades e projetos, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade dos mesmos e da denominação das metas estabelecidas.

**Art. 4º** - Os orçamentos, fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentaria detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificada a esfera orçamentaria, a modalidade de aplicação, a fonte de recurso, o identificador de uso e os grupos de despesas conforme a seguir discriminados:

- I – Pessoal e encargos sociais;
- II – juros encargos da dívida;
- III – outras despesas correntes;
- IV – investimentos;



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA  
CNPJ/MF Nº. 34.593.541/0001-92

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUPEMA  
5/10/2022  
**APROVADO**

- V – inversões financeiras;
- VI – amortização da dívida

**Art. 5º** - Os orçamentos, fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do município, seus fundos, órgãos e autarquias instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**Art. 6º** - A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específica as dotações destinadas:

- I – Às ações descentralizadas de saúde e assistência social;
- II – ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;
- III – atendimento de ações de alimentação escolar;
- IV – a concessão de subvenções e subsídios;
- V – ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos delitos;
- VI – as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial;

**Art. 7º** - o projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

- I – texto da lei;
- II – quadros orçamentários consolidados;
- III – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
- IV – discriminação da legislação da receita e da despesa referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

**§ 1º** - os quadros orçamentários a que se refere o inciso II desse artigo, incluindo os complementos referenciados no artigo 22, inciso III, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964 são os seguintes:

- I – evolução da receita do tesouro municipal, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto;
- II – evolução da despesa do tesouro municipal, segundo as categorias econômicas e elemento de despesa;
- III – resumo das receitas dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- IV – resumo das despesas dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ  
CNPJ/MF Nº. 34.593.541/0001-92

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARÁ  
15 JUL 2022  
**APROVADO**

**V** – receita e despesa, dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o anexo I da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;

**VI** – receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do anexo III da Lei n.º 4.320/64 e suas alterações;

**VII** – despesas dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e Órgão por elemento de despesa e fonte de recurso;

**VIII** – despesas dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a função e sub-função, programa, subprograma e elemento de despesa;

**IX** – recursos do tesouro municipais diretamente arrecadadas nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, por órgão;

**X** – programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, em nível de órgão, detalhando fonte e valores por categoria de programação;

**XI** – despesas do orçamento fiscal e da seguridade social segundo os programas de governo, com os seus objetivos e indicadores para aferir os resultados esperados, detalhado por atividade e projeto, com a identificação das metas, se for o caso, e unidades orçamentárias executoras;

**§ 2º** - A mensagem que encaminhar o projeto de Lei orçamentaria conterá:

**I** – análise da conjuntura econômica do município e suas implicações sobre a proposta orçamentaria;

**II** – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

**§ 3º** - O Poder Executivo disponibilizará até 15 dias após o encaminhamento do projeto de lei orçamentário, podendo ser por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

**I** – os resultados correntes dos orçamentos, fiscal e da seguridade social;

**II** – os recursos destinados a universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no artigo 60 do ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional No. 14 de 1996, e alterações relativas as Leis 14.113 de 2020 e pela Lei 14.276 de 2021 em vigência, detalhando fonte e valores por categoria de programação;

**III** – o detalhamento dos principais custos unitários médios, utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificado os valores adotados;



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ  
CNPJ/MF N.º 34.593.541/0001-92

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARÁ

15 JUL 2022

**APROVADO**

**IV** – a despesas com pessoal e encargos sociais, por Poder, Órgão, executada nos últimos três (3) anos, a execução provável em 2022 e o programado para 2023, com a indicação da representatividade percentual e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na lei complementar n.º 101, demonstrando a memória de cálculo;

**V** – a evolução da receita nos três (3) últimos anos, a execução provável para 2022 e a estimativa para 2023, bem como a memória de dos principais itens de receita, inclusive as financeiras;

**VI** – os pagamentos por fonte de recursos, relativos aos elementos de despesa “juros e encargos da dívida” e “amortização da dívida”, da dívida interna e externa, realizados nos últimos três (3) anos, sua execução provável em 2022 e o programado para 2023;

**VII** – o demonstrativo da receita nos termos do artigo 12 da Lei Complementar n.º 101, destacando-se os principais itens de:

- a) **impostos;**
- b) **contribuições sociais;**
- c) **taxas;**

**VIII** – a relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o artigo n.º. 17 da Lei Complementar n.º 101.

**§ 4º** – os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

**§ 5º** - O Poder Executivo enviará a Câmara Municipal os projetos de Lei Orçamentaria e os créditos adicionais, sempre que possível, em meio eletrônico, com despesa por setor e discriminada, no caso do projeto de lei orçamentaria, por elemento de despesa.

**§ 6º** - O projeto de lei orçamentaria demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2023, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

**Art. 8º** - Para efeito no disposto do Art. Anterior, o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo Municipal, até 30 (trinta) de julho de 2022 sua respectiva propostas Orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 9º** - Cada Projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um Programa.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ  
CNPJ/MF Nº. 34.593.541/0001-92

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARÁ

15 JUL 2022

**APROVADO**

**Art. 10º** - O Orçamento Anual conterá reserva de contingência no percentual de 1% (UM POR CENTO) da receita corrente líquida para atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

**Art. 11º** - o Projeto de Lei Orçamentária para 2023 será entregue ao poder legislativo até 30.09.2022, devendo ser devolvido para sanção do prefeito até 30.12.2022.

### CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

#### Seção I Das Diretrizes Gerais

**Art. 12º** - A elaboração do Projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2023 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**Art. 13º** - Além de se observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e da avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

**Art. 14º** - Na programação da Despesa não poderão ser:

I – Fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – Incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III – incluídas despesas a título de investimentos - regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do artigo 167, § 3º, da Constituição Federal.

**Art. 15º** - Além da observância das Prioridades e Metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar n.º 101/2000, somente incluirão Projetos ou subtítulos de Projetos novos se:

I – Tiveram sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II – Os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ  
CNPJ/MF N.º 34.593.541/0001-92

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARÁ

15 JUL 2022

**APROVADO**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados Projetos com títulos genéricos que tenham constados de Leis Orçamentária anteriores e serão entendidos como Projetos ou subtítulos de Projetos em andamento aqueles cuja a execução financeira, até 30 (trinta) de junho de 2022, ultrapassar 20% do seu custo total estimado.

**Art. 16º** - Não poderão ser destinados recursos para atender a

Despesas com:

I - Ações que não sejam de competência exclusiva do Município;

II - Clubes e associações de servidores ou quaisquer outras

entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar; III - Pagamento a qualquer título a servidor da administração pública municipal, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeadas com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

**Art. 17º** - Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentalmente erro na alocação desses recursos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Excetua-se do disposto neste artigo a destinação mediante a abertura de crédito adicional, com prévia autorização legislativa, de recursos de contrapartida para cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade de sua aplicação original.

**Art. 18º** - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencha uma das seguintes condições:

I - Seja de atendimento direto ao público, de forma gratuita nas áreas de assistência social, saúde, ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

II - Estejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no artigo 204 da Constituição Federal, no artigo 61 do ADCT, bem como na Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ  
CNPJ/MF Nº. 34.593.541/0001-92

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARÁ

15 JUL 2022

APROVADO

regular nos últimos 05 (cinco) anos, emitida no exercício de 2023, por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

**§ 2º** – É vedada, ainda, a inclusão de dotação global, a título de subvenções sociais.

**Art. 19º** - É vedada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios”, para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – De atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial por representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – Voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III – consórcio intermunicipal de saúde constituído exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública federal, e que participem da execução de programa nacionais de saúde.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:

I - Publicação pelo Poder Executivo de normas a serem observadas na concessão de auxílios prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio da finalidade;

II – Destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente;

II – Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

**Art. 20º** - A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a um por cento da receita corrente líquida.

**Art. 21º** - Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com detalhamento estabelecido na lei orçamentária.

**§ 1º** – Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

**§ 2º** – Os decretos de abertura de crédito suplementares autorizados na Lei Orçamentária serão submetidos pelos dirigentes dos órgãos ao Prefeito municipal, acompanhadas de exposição de motivos que incluam a justificativa





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ  
CNPJ/MF Nº. 34.593.541/0001-92

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARÁ

15 JUL 2022

APROVADO

e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e respectivos subtítulos e das correspondentes metas.

§ 3º – Até 45 dias após as assinaturas dos decretos de que trata o § 2º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos.

§ 4º – Cada projeto de Lei deverá restringir-se ao único tipo de crédito adicional.

§ 5º – Os créditos adicionais destinados a despesa com pessoal e encargos sociais serão encaminhados à Câmara Municipal por intermédio de projeto de lei específico e exclusivamente para esta finalidade.

§ 6º – Nos casos de créditos a conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício apresentados de acordo com a classificação de que trata o artigo 7º, § 1º inciso VI, desta lei;

#### CAPITULO IV DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CAPITAL

**Art. 22º** - Os resultados financeiros de alienações, somente poderão ser utilizados em Despesas de Capital.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 23º** - O poder executivo publicará até 30 de junho de 2022, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos.

§ 1º – O poder legislativo observará o cumprimento no disposto neste artigo, mediante ato próprio do Presidente da Câmara.

**Art. 24º** - No exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos poderes executivo e legislativo observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar 101/2000 e no artigo 29A da Constituição Federal.

**Art. 25º** - No exercício de 2023, observado o disposto do artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ  
CNPJ/MF N.º. 34.593.541/0001-92

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARÁ  
15 JUL 2022  
**APROVADO**

I – Houver prévia dotação orçamentária suficiente para atendimento da despesa; e,

II – For observado o limite previsto no artigo anterior.

**Art. 26º** - No exercício de 2023, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 23 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para a áreas de segurança e saúde, que estejam situações emergências de risco ou prejuízo para a sociedade de risco ou de prejuízo para a sociedade.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência do chefe do Poder Executivo ou quem este delegar competência.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 27º** - Na estimativa das Receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na Legislação Tributária e das Contribuições que sejam objeto de Projeto que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

**§ 1º** - Se estimada a Receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária:

I – Serão identificadas as proposições e alterações na Legislação especificadas a receita Adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – Será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na Legislação.

**§ 2º** - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou seja, parcialmente, até o final do exercício, o Prefeito Municipal, para não permitir a integralização das fontes de recursos não autorizadas, deverá suprir, mediante decreto, até o quinto dia útil do exercício de 2023, observado os critérios a seguir relacionados, para aplicação seqüencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de Receita:

I – De até 100% das dotações relativas aos novos projetos;

II – De até 60% das dotações relativas aos projetos em andamento;

III – De até 25% das dotações relativas as ações de manutenção;



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ  
CNPJ/MF Nº. 34.593.541/0001-92

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARÁ

15 JUL 2022

**APROVADO**

andamento; e,  
V – Dos restantes 75% das dotações relativas às ações de manutenção.  
§ 3º - O Poder Executivo procederá, mediante Decreto, a ser

publicado no prazo estabelecido no parágrafo anterior, a troca das fontes de recursos condicionadas constantes da Lei Orçamentária sancionada, cujas alterações na Legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo Projeto de Lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

§ 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na destinação das receitas.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 28º** - Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo I desta Lei, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de cada Poder.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo e aos demais órgãos o montante que caberá a cada um tornar indispensável para empenho e movimentação financeira.

**Art. 29º** - Todas as Receitas realizadas pelos órgãos fundos e Entidades integrantes dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no caixa único da Prefeitura, no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

**Art. 30º** - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, cronograma mensal de desembolso, por órgão executivo, observando, em relação às despesas constantes desses cronogramas, abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O desembolso dos recursos financeiros, correspondente aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será feito até o dia 20 de cada mês, no montante fixo de até 7% (sete por cento) resultante do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5 do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, conforme previsto no artigo 29-A, inciso I, da Carta Política de 1998.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ  
CNPJ/MF Nº. 34.593.541/0001-92

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARÁ

25 JUL 2022

APROVADO

**Art. 31º** - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeiros efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

**Art. 32º** - O Poder Executivo deverá atender, no prazo máximo de dez dias úteis, contados da data do recebimento, as solicitações de informações encaminhadas pelo Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara Municipal, relativas aos aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios, em relação aos valores da proposta que venha a ser identificada posteriormente ao encaminhamento do projeto de lei.

**Art. 33º** - Se o projeto de Lei Orçamentária não for sancionado pelo chefe do Poder Executivo até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada para atendimento das seguintes despesas:

- I – Pessoal e Encargos sociais;
- II – Pagamentos de benefícios previdenciários a cargo do Instituto de Previdência Social;
- III – Pagamento de serviço da dívida;
- IV – Pagamento de despesas decorrentes de contratos e convênios publicados até 31 de dezembro de 2022; e,
- V – Programa de duração continuada.

**Art. 34º** - Os órgãos responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada elemento de despesa e fonte de recursos.

**Art. 35º** - A reabertura de créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada mediante Decreto do chefe do Poder Executivo.

**Art. 36º** - Para fins de acompanhamento e controle, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica do município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ  
CNPJ/MF N°. 34.593.541/0001-92

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARÁ

15 JUL 2022

**APROVADO**

**Art. 37º** - Autorizar ao Poder Executivo a auxiliar o Estado no custeio das despesas com: Polícia Militar, Polícia Civil, Emater e Fórum da Justiça Local.

**Art. 38º** - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Legislativo e Tribunal de Contas dos Municípios com a finalidade de verificar o cumprimento das metas e objetivos para os quais recebem os recursos.

**Art. 39º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Uruará (PA), em 18 de julho de 2022.

GILSON DE OLIVEIRA Assinado de forma digital por  
GILSON DE OLIVEIRA  
BRANDAO:72563087 BRANDAO:72563087287  
287 Dados: 2022.07.18 10:48:16  
-03'00'

**GILSON DE OLIVEIRA BRANDÃO**  
Prefeito Municipal



Versão 4

**PREFEITURA:**

Prefeitura Municipal de URUARA

# LDO 2023 - ANEXO DE METAS FISCAIS

TABELAS:

DEMONSTRATIVOS:

Fonte: IPEADATA / Relatórios da LRF

Esta planilha foi elaborada pela Aspec para distribuição gratuita com os seus clientes, sendo de responsabilidade do usuário a manutenção das informações e parâmetros necessários à emissão dos anexos de metas fiscais, ou possíveis alterações de estrutura das tabelas e demonstrativos.

Aspec Informática  
Rua Lauro Maia, 1120  
Fátima – 60.055-210  
Fortaleza – Ceará

Fone: (85) 3464-2900  
[www.aspec.com.br](http://www.aspec.com.br)  
[aspec@aspec.com.br](mailto:aspec@aspec.com.br)

CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARA  
15 JUL 2023  
APPROVADO

PREFEITURA **URUARA**

ANO DE REFERÊNCIA

2023

% VALOR CORRENTE	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
	6,55%	3,62%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%

ÍNDICE INFLACIONÁRIO %	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
	4,52	10,06	6,86	3,80	3,20	3,00
VALOR CONSTANTE	1,05	1,10	1,07	1,04	1,03	1,03

PROJEÇÃO PIB (Estadual)	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
	-	5,00%		5,00%	
	R\$ 178.377.000,00	R\$ 187.295.850,00	R\$ 196.660.642,50	R\$ 206.493.674,63	R\$ 216.818.358,36

INSTITUTO DE PESQUISA

**ESTADO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE URUARA**  
15 DE JULHO DE 2022  
**APPROVADO**

### METODOLOGIA DE CÁLCULO - Exemplos:

#### 1 - % Valor Corrente:

1.1 – O percentual projetado para o valor corrente tem por base o crescimento da receita municipal em cada Município.

#### 2 -Valor constante:

2.1 – Para se calcular o valor constante, utilizou-se um índice inflacionário com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. A inflação informada para os anos 2022, 2023, 2024 e 2025 foi publicada no relatório Focus do Banco Central.

2.2 – Para se calcular de imediato o valor constante, transformamos os percentuais acima em índices, os quais foram calculados de acordo com as fórmulas demonstradas na 12ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (Portarias STN: nº 924/2021 e nº 1.130/2021 )

#### 3 - PROJEÇÃO DO PIB (ESTADUAL):

3.1 – A projeção do PIB estadual deve tomar por base dados oficiais de cada Estado.

OBS: Os campos na cor azul devem ser preenchidos, os demais são calculados, e qualquer dúvida sobre

15 JUL 2022  
**APPROVADO**

**TOTAL DAS RECEITAS**  
 2023

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas				Estimadas			
	2020	2021	2021	2022	2023	2024	2025	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>123.538.383,75</b>	<b>153.231.654,69</b>	<b>131.917.659,39</b>	<b>138.513.871,91</b>	<b>142.669.288,07</b>	<b>146.949.366,71</b>	<b>151.357.847,71</b>	
<b>Receita Tributária</b>	<b>7.427.180,95</b>	<b>8.665.442,87</b>	<b>10.826.350,44</b>	<b>11.367.667,96</b>	<b>11.708.698,00</b>	<b>12.059.958,94</b>	<b>12.421.757,71</b>	
Impostos	5.774.747,43	6.642.163,12	9.161.619,35	9.619.700,32	9.908.291,33	10.205.540,07	10.511.706,27	
Taxas	451.549,24	650.829,67	657.081,42	689.935,49	710.633,55	731.952,56	753.911,14	
Contribuições de Melhoria	1.200.884,28	1.372.450,08	1.007.649,67	1.058.032,15	1.089.773,11	1.122.466,31	1.156.140,30	
<b>Receita de Contribuições</b>	-	-	-	-	-	-	-	
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-	
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-	
Demais contribuições	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>61.458,83</b>	<b>715.352,65</b>	<b>446.020,63</b>	<b>468.321,66</b>	<b>482.371,31</b>	<b>496.842,45</b>	<b>511.747,72</b>	
Aplicações Financeiras	61.458,83	715.352,65	446.020,63	468.321,66	482.371,31	496.842,45	511.747,72	
Aplicações Financeiras de RPPS	-	-	-	-	-	-	-	
Aplicações Financeiras Diversas	61.458,83	715.352,65	446.020,63	468.321,66	482.371,31	496.842,45	511.747,72	
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Receita de Serviços</b>	-	-	<b>3.075,00</b>	<b>3.228,75</b>	<b>3.325,61</b>	<b>3.425,38</b>	<b>3.528,14</b>	
<b>Transferências Correntes</b>	<b>116.049.743,97</b>	<b>143.850.419,17</b>	<b>120.628.713,32</b>	<b>126.660.503,54</b>	<b>130.460.318,65</b>	<b>134.374.128,21</b>	<b>138.405.352,05</b>	
Cota-Parte do FPM	23.920.022,75	31.802.046,20	25.280.233,00	26.633.776,88	27.432.790,19	28.255.773,89	29.103.447,11	
Cota-Parte do ICMS	12.016.077,01	15.494.018,19	10.377.575,00	10.896.452,75	11.223.346,33	11.560.046,72	11.906.848,12	
Cota-Parte do IPVA	1.724.076,41	2.297.983,10	1.409.215,77	1.215.543,75	1.252.010,06	1.289.570,36	1.328.257,48	
Cota-Parte do ITR	68.103,83	110.870,64	24.600,00	25.830,00	26.604,90	27.403,05	28.225,14	
Transferências da LC 87/1996	271.012,95	-	-	-	-	-	-	
Transferências da LC n° 61/1989	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências do FUNDEB	46.729.799,95	71.830.212,48	48.809.238,00	51.249.699,88	52.787.190,88	54.370.806,60	56.001.930,80	
Outras Transferências Correntes	31.320.651,07	22.315.288,56	34.727.851,55	36.639.200,28	37.738.376,29	38.870.527,58	40.036.643,40	
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	<b>440,00</b>	<b>13.500,00</b>	<b>14.150,00</b>	<b>14.574,50</b>	<b>15.011,74</b>	<b>15.462,09</b>	
Multa e Juros de Mora	-	440,00	3.000,00	3.150,00	3.244,50	3.341,84	3.442,09	
Indenizações e Restituições	-	-	7.500,00	7.850,00	8.085,50	8.328,07	8.577,91	
Compensação entre Regimes RPPS	-	-	-	-	-	-	-	
Demais Receitas Correntes	-	-	3.000,00	3.150,00	3.244,50	3.341,84	3.442,09	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>6.925.628,63</b>	<b>4.921.971,39</b>	<b>18.937.180,64</b>	<b>19.884.039,00</b>	<b>20.480.560,17</b>	<b>21.094.976,98</b>	<b>21.727.826,28</b>	
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-	-	





## TOTAL DE DESPESAS

2023

R\$ 1,00

CAMARA  
MUNICIPAL DE GUARANA

15 JUL 2023

APPROVADO

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizadas		Previsitas				
	2020	2021	2022	2023			
<b>DESPESAS CORRENTES ( I )</b>	<b>112.099.871,53</b>	<b>128.709.774,33</b>	<b>107.873.038,56</b>	<b>113.266.690,48</b>	<b>116.664.691,19</b>	<b>120.164.631,93</b>	<b>123.769.570,89</b>
Pessoal e Encargos Sociais	60.388.848,35	79.188.704,08	60.446.118,08	63.468.423,98	65.372.476,70	67.333.651,00	69.353.660,53
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	51.711.023,18	49.521.070,25	47.426.920,48	49.798.266,50	51.292.214,50	52.830.980,93	54.415.910,36
<b>DESPESAS DE CAPITAL ( II )</b>	<b>10.798.821,30</b>	<b>11.380.937,79</b>	<b>34.485.423,32</b>	<b>36.209.694,49</b>	<b>37.295.985,32</b>	<b>38.414.864,88</b>	<b>39.567.310,83</b>
Investimentos	8.461.654,23	7.777.169,37	33.050.423,32	34.702.944,49	35.744.032,82	36.816.353,81	37.920.844,42
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de título de capital já integralizado	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de título de crédito	-	-	-	-	-	-	-
Demais inversões financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	2.337.167,07	3.603.768,42	1.435.000,00	1.506.750,00	1.551.952,50	1.598.511,08	1.646.466,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	1.435.000,00	1.310.990,95	1.350.320,68	1.390.830,30	1.432.555,21
<b>TOTAL DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>122.898.692,83</b>	<b>140.090.712,12</b>	<b>143.793.461,88</b>	<b>150.787.375,92</b>	<b>155.310.997,20</b>	<b>159.970.327,11</b>	<b>164.769.436,93</b>

## Pagamento de Restos a Pagar (RP)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizadas		Previsitas				
	2020	2021	2022	2023			
<b>DESPESAS CORRENTES ( I )</b>	<b>5.433.335,35</b>	<b>3.361.657,10</b>	<b>1.685.302,89</b>	<b>1.769.568,03</b>	<b>1.858.046,43</b>	<b>1.950.948,75</b>	<b>2.048.496,18</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.229.914,01	1.605.050,38	1.685.302,89	1.769.568,03	1.858.046,43	1.950.948,75	2.048.496,18
Juros e Encargos da Dívida ( II )	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.203.421,34	1.756.606,72	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES ( III ) = ( I - II )</b>	<b>5.433.335,35</b>	<b>3.361.657,10</b>	<b>1.685.302,89</b>	<b>1.769.568,03</b>	<b>1.858.046,43</b>	<b>1.950.948,75</b>	<b>2.048.496,18</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL ( IV )</b>	<b>4.969.030,71</b>	<b>4.760.581,05</b>	<b>8.557.356,16</b>	<b>39.713.740,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos ( V )	4.969.030,71	1.156.812,63	8.209.946,79	38.680.740,00	-	-	-
Inversões Financeiras ( VI )	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de empréstimos e financiamentos ( VII )	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de título de capital já integralizado ( VIII )	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de título de crédito ( IX )	-	-	-	-	-	-	-
Demais inversões financeiras ( X )	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida ( XI )	-	3.603.768,42	347.409,37	1.033.000,00	-	-	-
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL ( XII ) = ( IV - VII - VIII - IX - XI )</b>	<b>4.969.030,71</b>	<b>1.156.812,63</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DOS PAG. DE RP DE DESPESAS PRIMÁRIAS</b>	<b>10.402.366,06</b>	<b>4.518.469,73</b>	<b>1.685.302,89</b>	<b>1.769.568,03</b>	<b>1.858.046,43</b>	<b>1.950.948,75</b>	<b>2.048.496,18</b>

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO

2023

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA

2025 15 JUL 2022

ALVARO VADO

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas		Estimadas	
	2020	2021	2021	2022
<b>RECEITA TOTAL (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>123.313.788,54</b>	<b>148.697.439,29</b>	<b>143.793.461,88</b>	<b>150.983.134,07</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>116.388.129,91</b>	<b>143.775.467,90</b>	<b>124.856.281,24</b>	<b>131.099.095,07</b>
Receita Tributária	7.427.180,95	8.665.442,87	10.826.350,44	11.367.667,96
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	61.458,83	715.352,65	446.020,63	468.321,66
Aplicações Financeiras (II)	61.458,83	715.352,65	446.020,63	468.321,66
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	3.075,00	3.228,75
Transferências Correntes	116.049.743,97	143.850.419,17	120.628.713,32	126.660.503,54
Demais Receitas Correntes	0,00	440,00	13.500,00	14.150,00
Receita Intra orçamentária Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de Receitas p/ Formação do FUNDEB	7.150.253,94	9.456.186,79	7.061.378,15	7.414.776,84
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (III) = (I - II)</b>	<b>116.326.671,08</b>	<b>143.060.115,25</b>	<b>124.410.260,61</b>	<b>130.630.773,41</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	<b>6.925.628,63</b>	<b>4.921.971,39</b>	<b>18.937.180,64</b>	<b>19.884.039,00</b>
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	307.500,00	322.875,00
Transferência de Capital	6.925.628,63	4.921.971,39	18.629.680,64	19.561.164,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI)</b>	<b>6.925.628,63</b>	<b>4.921.971,39</b>	<b>18.937.180,64</b>	<b>19.884.039,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (IX) = (III + VIII)</b>	<b>123.252.299,71</b>	<b>147.982.086,64</b>	<b>143.347.441,25</b>	<b>150.514.812,41</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	<b>112.099.871,53</b>	<b>128.709.774,33</b>	<b>107.873.038,56</b>	<b>113.266.690,48</b>
Pessoal e Encargos Sociais	60.388.848,35	79.188.704,08	60.446.118,08	63.468.423,98
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	51.711.023,18	49.521.070,25	47.426.920,48	49.798.266,50
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XII) = (X - XI)</b>	<b>112.099.871,53</b>	<b>128.709.774,33</b>	<b>107.873.038,56</b>	<b>113.266.690,48</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	<b>10.798.821,30</b>	<b>11.380.937,79</b>	<b>34.465.423,32</b>	<b>36.209.694,49</b>
Investimentos (XIV)	8.461.654,23	7.777.169,37	33.050.423,32	34.702.944,49
Inversões Financeiras (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	2.337.167,07	3.603.768,42	1.435.000,00	1.506.750,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XIII - XVI - XVII - XVIII - XX)</b>	<b>8.461.654,23</b>	<b>7.777.169,37</b>	<b>33.050.423,32</b>	<b>34.702.944,49</b>
<b>PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS (XXII)</b>	<b>10.402.366,06</b>	<b>4.518.469,73</b>	<b>1.688.302,89</b>	<b>1.769.568,03</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.435.000,00</b>	<b>1.310.990,95</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XII + XV + XVI)</b>	<b>130.963.891,82</b>	<b>141.005.413,43</b>	<b>144.043.764,77</b>	<b>151.050.193,95</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)</b>	<b>-7.711.592,11</b>	<b>6.976.673,21</b>	<b>-696.323,52</b>	<b>-535.381,54</b>
<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>Realizadas 2020</b>	<b>Realizadas 2021</b>	<b>Estimadas 2023</b>	<b>Estimadas 2024</b>
Receitas Primárias advindas de PPP (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (XX) = (XVIII-XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00

**METAS FISCAIS - RESULTADO NOMINAL**

2023

CÂMARA  
MUNICIPAL DE JERUARA

15 JUL 2023  
**APPROVADO**

ESPECIFICAÇÃO	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Prevista	Prevista	Prevista	Prevista
	2020	2021	2021	2022	2023	2024	2025	
<b>JUROS NOMINAIS</b>								
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS	61.458,83		715.353,65					
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS	4.124.783,60	1.435.000,00	96.108,96	1.506.750,00	1.551.952,50	1.598.511,08	1.646.466,41	
<b>RESULTADO NOMINAL (ACIMA DA LINHA)</b>	<b>(11.774.916,88)</b>	<b>(2.131.323,52)</b>	<b>7.595.917,90</b>	<b>(2.042.131,54)</b>	<b>(2.138.786,85)</b>	<b>(2.240.111,38)</b>	<b>(2.346.333,69)</b>	

Nota 1: JUROS, encargos e variações monetárias ativos (Os valores previstos podem ser obtidos do orçamento do exercício na rubrica "JUROS e correções monetárias", enquanto que os valores realizados podem ser obtidos do Anexo VI – RREO – JUROS Nominais – 6º bimestre no quadro "JUROS Nominais".

Nota 2: JUROS, encargos e variações monetárias passivos (Os valores previstos podem ser obtidos do orçamento do exercício na rubrica "JUROS e encargos da dívida", enquanto que os valores realizados podem ser obtidos do Anexo VI – RREO – JUROS Nominais – 6º bimestre no quadro "JUROS Nominais".

15 JUL 2022

APPROVADO

**META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA  
2023**

ESPECIFICAÇÃO	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Prevista	Prevista	Prevista	Prevista
	2020	2021	2021	2022	2023	2024	2025	
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	74.584.516,56	77.417.435,58	71.076.857,10	74.630.699,95	76.869.620,95	79.175.709,58	81.550.980,86	
Dívida Mobiliária					-	-	-	
Outras Dívidas	74.584.516,56	77.417.435,58	71.076.857,10	74.630.699,95	76.869.620,95	79.175.709,58	81.550.980,86	
<b>DEDUÇÕES ( II )</b>	3.206.164,76	8.093.321,48	16.704.962,27	28.310.800,52	29.160.124,54	30.034.928,27	30.935.976,12	
Ativo Disponível	6.804.833,94	7.392.092,42	19.361.900,41	7.761.697,04	7.994.547,95	8.234.384,39	8.481.415,92	
Haveres Financeiros	-	21.941.799,03		23.038.888,98	23.730.055,65	24.441.957,32	25.175.216,04	
<b>( - ) Restos a Pagar Proc.</b>	3.598.669,18	21.240.569,97	2.656.938,14	2.489.785,50	2.564.479,07	2.641.413,44	2.720.655,84	
<b>DCL (III) = (I - II)</b>	<b>71.378.351,80</b>	<b>69.324.114,10</b>	<b>54.371.894,83</b>	<b>46.319.899,43</b>	<b>47.709.496,41</b>	<b>49.140.781,31</b>	<b>50.615.004,74</b>	

**METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2023**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>I - Metas Previstas em 2021</b>	<b>II - Metas Realizadas em 2021</b>
I - Receita Total	148.697.439,29	143.793.461,88
II - Receitas Não-Financeiras	143.347.441,25	147.982.086,64
III - Despesas Total	143.793.461,88	140.090.712,12
IV - Despesas Não-Financeiras	144.043.764,77	141.005.413,43
V - Resultado Primário ( II - IV )	(696.323,52)	6.976.673,21
VI - Resultado Nominal	(2.131.323,52)	7.595.917,90
VII - Dívida Pública Consolidada	77.417.435,58	71.076.857,10
VIII - Dívida Consolidada Líquida	69.324.114,10	54.371.894,83
<b>VALOR DO PIB ESTADUAL</b>	<b>178.377.000,00</b>	

**APPROVADO**  
15 JUL 2022  
CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRA



**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2023**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Patrimônio/Capital			
Reservas			
Resultado Acumulado	(14.929.964,30)	(34.064.458,64)	(38.806.693,91)

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Patrimônio/Capital			
Reservas			
Resultado Acumulado			

**APPROVADO**  
18 JUL 2023  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUARA



CÂMARA  
MUNICIPAL DE URUARA  
15 JUN 2022  
APPROVADO

URUARA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2023

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

EVENTO	VALOR PREVISTO 2023
Aumento Permanente da Receita	155.512.628,09
(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	77.673.127,77
(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	52.787.190,88
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita ( I )	25.052.309,44
Redução Permanente de Despesa ( II )	-
Margem Bruta ( III ) = ( I + II )	25.052.309,44
Saldo Utilizado ( IV )	1.904.048,72
Impacto de Novas DOCC	1.904.048,72
Margem Líquida de Expansão de DOCC ( III - IV )	23.148.260,72

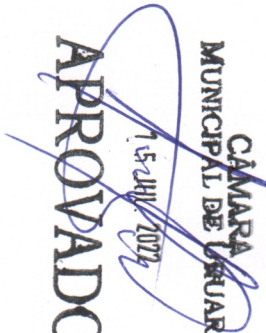
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS  
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2023**

EVENTO	VALOR PREVISTO 2023
Aumento Permanente da Receita	155.512.628,09
( - ) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	77.673.127,77
( - ) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	52.787.190,88
<b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita ( I )</b>	<b>25.052.309,44</b>
Redução Permanente de Despesa ( II )	
<b>Margem Bruta ( III ) = ( I + II )</b>	<b>25.052.309,44</b>
<b>Saldo Utilizado ( IV )</b>	<b>1.904.048,72</b>
Novas DOCC	1.904.048,72
Novas DOCC geradas por PPP	
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC ( III - IV )</b>	<b>23.148.260,72</b>

**APPROVADO**  
15 JUN 2022  
CÂMARA  
MUNICIPAL DE BRUARA

**RISCOS FISCAIS  
2023**

<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Demandas Judiciais	300.000,00	Abertura de Creditos Adicionais a Partir da	300.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	2.500.000,00	Apresentação de Defesa e Acompanhamento de	2.500.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.800.000,00</b>
<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Frustração de Arrecadação	3.800.000,00	Limitação de Empenhos conforme LDO	3.800.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.800.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.800.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.600.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6.600.000,00</b>

  
**APPROVADO**  
 15/21/2023  
 CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ

**URUARA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**I - METAS ANUAIS**  
**2023**

**CÂMARA MUNICIPAL DE URUARA**  
**15.10.2022**  
**APPROVADO**  
R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a / PIB) x 100	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante (b / PIB) x 100	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c / PIB) x 100	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	155.512.628,09	149.819,487,56	76,18	110,95	160.178.006,93	155.211.247,03	75,17	111,60	164.983.347,14	160.178.006,93	73,88	111,81
Receitas Primárias ( I )	155.030.256,78	149.354.775,32	75,95	110,61	159.681.164,49	154.729.810,55	74,93	111,25	164.471.599,42	159.681.164,49	73,65	111,47
Receitas Primárias Correntes	120.626.088,24	116.210.104,28	59,09	86,06	146.452.524,26	141.911.360,72	68,72	102,03	150.846.099,99	146.452.524,26	67,55	102,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.708.698,00	11.280.055,88	5,74	8,35	12.059.958,94	11.686.006,72	5,66	8,40	12.421.757,71	12.059.958,94	5,56	8,42
Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	108.899.490,13	104.912.803,59	53,35	77,69	134.374.128,21	130.207.488,57	63,06	93,62	138.405.352,05	134.374.128,21	61,98	93,80
Demais Receitas Primárias Correntes	17.900,11	17.244,81	0,01	0,01	18.437,12	17.865,42	0,01	0,01	18.980,23	18.980,23	0,01	0,01
Receitas Primárias de Capital	20.480.560,17	19.730.790,14	10,03	14,61	21.094.976,98	20.440.869,16	9,90	14,70	21.727.826,28	21.094.976,98	9,73	14,73
Despesa Total	155.310.997,20	149.625.238,15	76,08	110,81	159.970.327,11	155.010.006,89	75,07	111,45	164.769.436,93	159.970.327,11	73,38	111,67
Despesas Primárias ( II )	155.617.091,13	149.920.126,33	76,23	111,03	160.322.764,79	155.351.516,27	75,23	111,70	165.171.466,70	160.360.647,28	73,96	111,94
Despesas Primárias Correntes	118.015.011,87	113.694.616,45	57,81	84,20	121.555.462,23	117.786.300,61	57,04	84,69	125.202.126,10	121.555.462,23	56,06	84,85
Despesas Primárias Sociais	65.372.476,70	62.979.264,64	32,02	46,64	67.333.651,00	65.245.785,85	31,60	46,91	69.353.660,53	67.333.651,00	31,06	47,00
Pessoal e Encargos Sociais	52.642.535,17	50.715.351,80	25,79	37,56	54.221.811,23	52.540.514,76	25,44	37,78	55.848.465,57	54.221.811,23	25,01	37,85
Outras despesas Correntes	35.744.032,82	34.435.484,42	17,51	25,50	36.816.353,81	35.674.761,44	17,28	25,65	37.920.844,42	36.816.353,81	16,98	25,70
Despesas Primárias de Capital	1.858.046,43	1.790.025,46	0,91	1,33	1.950.948,75	1.890.454,22	0,92	1,36	2.048.496,18	1.988.831,24	0,92	1,39
Pagamento de Resúo a Pagar de Despesas Primárias	(586.834,35)	(585.351,01)	(0,29)	(0,42)	(641.600,30)	(621.705,72)	(0,30)	(0,45)	(699.867,28)	(679.482,80)	(0,31)	(0,47)
Resultado Primário (III) = ( I - II )	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	1.551.952,50	1.495.137,28	0,76	1,11	1.598.511,08	1.548.944,94	0,75	1,11	1.646.466,41	1.598.511,08	0,74	1,12
Resultado Nominal (VI) = (III + (IV - V))	(2.138.786,85)	(2.080.488,29)	(1,05)	(1,53)	(2.240.111,38)	(2.170.650,56)	(1,05)	(1,56)	(2.346.333,69)	(2.277.993,87)	(1,05)	(1,59)
Dívida Pública Consolidada	76.869.620,95	74.055.511,51	37,66	54,84	79.175.709,58	76.720.648,81	37,15	55,16	81.550.980,86	79.175.709,58	36,52	55,27
Dívida Consolidada Líquida	47.709.496,41	45.962.905,99	23,37	34,04	49.140.781,31	47.617.036,15	23,06	34,24	50.615.004,74	49.140.781,31	22,66	34,30
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte: ESTADORelatórios da LRF	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00

15 JUL 2022

APPROVADO

URUARA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2023

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2021	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	%(c/a)x100
Receita Total	148.697.439,29	83,36	119,09	143.793.461,88	80,61	100,01	(4.903.977,41)	(3,30)
Receitas Primárias (I)	143.347.441,25	80,36	114,81	147.982.086,64	82,96	102,93	4.634.645,39	3,23
Despesa Total	143.793.461,88	80,61	115,17	140.090.712,12	78,54	97,44	(3.702.749,76)	(2,58)
Despesas Primárias (II)	144.043.764,77	80,75	115,37	141.005.413,43	79,05	98,07	(3.038.351,34)	(2,11)
Resultado Primário ( I - II )	(996.323,52)	(0,39)	(0,56)	6.976.673,21	3,91	4,85	7.672.996,73	(1.101,93)
Resultado Nominal	(2.131.323,52)	(1,19)	(1,71)	7.595.917,90	4,26	5,28	9.727.241,42	(456,39)
Dívida Pública Consolidada	77.417.435,58	43,40	62,01	71.076.857,10	39,85	49,44	(6.340.578,48)	(8,19)
Dívida Consolidada Líquida	69.324.114,10	38,86	55,52	54.371.894,83	30,48	37,82	(14.952.219,27)	(21,57)

Fonte: ESTADO/ Relatórios da LRF

**URUARA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2023**

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										%
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	
Receita Total	123.313.758,54	143.793.461,88	16,61	150.983.134,07	5,00	155.512.628,09	3,00	160.178.006,93	3,00	164.983.347,14	3,00
Receitas Primárias ( I )	123.252.299,71	147.982.086,64	20,06	150.514.812,41	1,71	155.030.256,78	3,00	159.681.164,49	3,00	164.471.599,42	3,00
Despesa Total	122.898.692,83	140.090.712,12	13,99	150.787.375,92	7,64	155.310.997,20	3,00	159.970.327,11	3,00	164.769.436,93	3,00
Despesas Primárias ( II )	130.963.891,82	141.005.413,43	7,67	151.050.193,95	7,12	155.617.091,13	3,02	160.322.764,79	3,02	165.171.466,70	3,02
Resultado Primário (III) = ( I - II )	(7.711.592,11)	6.976.673,21	(190,47)	(535.381,54)	(107,67)	(586.834,35)	9,61	(641.600,30)	9,33	(699.867,28)	9,08
Resultado Nominal	(11.774.916,88)	7.595.917,90	(164,51)	(2.042.131,54)	(126,88)	(2.138.786,85)	4,73	(2.240.111,38)	4,74	(2.346.333,69)	4,74
Dívida Pública Consolidada	74.584.516,56	71.076.857,10	(4,70)	74.630.699,95	5,00	76.869.620,95	3,00	79.175.709,58	3,00	81.550.980,86	3,00
Dívida Consolidada Líquida	71.378.351,80	54.371.894,83	(23,83)	46.319.899,43	(14,81)	47.709.496,41	3,00	49.140.781,31	3,00	50.615.004,74	3,00
	<b>VALORES A PREÇOS CONSTANTES</b>										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	117.981.016,59	130.650.065,31	10,74	141.290.598,98	8,14	149.819.487,56	6,04	155.211.247,03	3,60	160.178.006,93	3,20
Receitas Primárias ( I )	117.922.215,57	134.455.830,13	14,02	140.852.341,76	4,76	149.354.775,32	6,04	154.729.810,55	3,60	159.681.164,49	3,20
Despesas Total	117.583.900,53	127.285.764,24	8,25	141.107.407,75	10,86	149.625.238,15	6,04	155.010.006,89	3,60	159.970.327,11	3,20
Despesas Primárias ( II )	125.300.317,47	128.116.857,56	2,25	141.353.353,87	10,33	149.920.126,33	6,06	155.351.516,27	3,62	160.360.647,28	3,22
Resultado Primário (III) = ( I - II )	(7.378.101,90)	6.338.972,57	(185,92)	(501.012,11)	(107,90)	(565.351,01)	12,84	(621.705,72)	9,97	(679.482,80)	9,29
Resultado Nominal	(11.265.706,93)	6.901.615,39	(161,26)	(1.911.034,57)	(127,69)	(2.060.488,29)	7,82	(2.170.650,56)	5,35	(2.277.993,87)	4,95
Dívida Pública Consolidada	71.359.085,88	64.580.099,13	(9,50)	69.839.696,75	8,14	74.055.511,51	6,04	76.720.648,81	3,60	79.175.709,58	3,20
Dívida Consolidada Líquida	68.291.572,71	49.402.048,73	(27,66)	43.346.340,47	(12,26)	45.962.905,99	6,04	47.617.036,15	3,60	49.140.781,31	3,20

R\$ 1,00

Fonte: ESTADO/ Relatórios da LRF

**URUARA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2023**

**CÂMARA MUNICIPAL DE URUARA**  
 25/11/2022  
**APPROVADO**

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	(14.929.964,30)	100,00	(34.064.458,64)	100,00	(38.806.693,91)	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>(14.929.964,30)</b>	<b>100,00</b>	<b>(34.064.458,64)</b>	<b>100,00</b>	<b>(38.806.693,91)</b>	<b>100,00</b>
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>						
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2021</b>	<b>%</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: ESTADO/ Relatórios da LRF

**URUARA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
2023

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

<b>EVENTO</b>	<b>VALOR PREVISTO 2023</b>
Aumento Permanente da Receita	155.512.628,09
( - ) Transferências Constitucionais	77.673.127,77
( - ) Transferências ao FUNDEB	52.787.190,88
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita ( I )	25.052.309,44
Redução Permanente de Despesa ( II )	0,00
Margem Bruta ( III ) = ( I + II )	25.052.309,44
Saldo Utilizado da Margem Bruta ( IV )	1.904.048,72
Novas DOCC	1.904.048,72
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC ( V ) = ( III - IV )	23.148.260,72
<b>Fonte:</b>	

**APROVADO**  
15 JUL 2023  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUARA



URUARA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ANEXO - RISCOS FISCAIS  
2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	300.000,00	Abertura de Creditos Adicionais a Partir da Reserva de Contigencia	300.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	2.500.000,00	Apresentação de Defesa e Acompanhamento de Processos	2.500.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.800.000,00</b>
<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	3.800.000,00	Limitação de Empenhos conforme LDO	3.800.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.800.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.800.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.600.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6.600.000,00</b>

Fonte: